

Editorial

Prezados leitores,

É com muita satisfação que apresentamos o 18º número da revista “Educação em Foco”. Primeiramente, porque a “Educação em Foco” foi elevada em sua classificação Qualis/Capes para B1, na última avaliação da área de Educação e, em segundo lugar, pelo fato de ela passar a contar com o protagonismo do Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade do Estado de Minas Gerais.

Este número da revista dá prosseguimento à sua já consistente trajetória de divulgação de estudos e pesquisas produzidos, cuja centralidade se ancora na formação e na ação docente. Os avanços do campo de investigação teórica e empírica sobre as questões pedagógicas escolares e não escolares, vinculadas às condições de ensino e de aprendizagem, bem como sobre as políticas públicas e os ordenamentos jurídico-legais que regulamentam a formação dos profissionais da educação, vêm sendo objeto de debates fecundos do campo de estudo. Nessa perspectiva, esses avanços têm possibilitado processos de análises mais qualificados sobre o tema. Embora não sejam poucas as iniciativas de um amplo número de instituições formadoras que têm somado esforços na busca de manter vivo este debate, de se aproximarem de respostas ainda não tangenciadas e de desenvolverem experiências comprometidas com a diversidade, com o multiculturalismo e com o sucesso do trabalho escolar, a formação dos docentes e a sua atuação como elemento articulador do processo pedagógico, merece atenção especial.

Os textos que compõem o presente número da “Educação em Foco” buscam analisar políticas públicas e processos sociais que refletem as teorias da educação e de outras áreas do conhecimento com as quais essas teorias dialogam. Assim, a sequência de textos apresentados contribui para a compreensão de que uma dada concepção de educação precede as ações educativas e que aquela depende de princípios ideológicos, que interferirão na fonte epistemológica ou no corpo teórico que lhe dá sustentação. Dizendo de outra forma, a função do

saber, dos conhecimentos, da organização curricular e das práticas que os materializam não se constituem como algo neutro ou imparcial. Decorrem, sim, de uma certa fonte epistemológica que expressa uma intencionalidade e uma ação política a serviço de uma determinada visão de mundo e, portanto, de uma dada concepção de educação.

A democratização do saber como objeto de construções históricas e sociais ocorre em diferentes tempos e espaços. Recorrentemente, não devem ser tratadas em “si”, de forma abstrata e atemporal, mas em suas devidas relações a partir de um contexto social, histórico, econômico e político. O debate epistemológico contemporâneo coloca em evidência a potencialidade do entrecruzamento das fronteiras disciplinares e(ou) entre campos científicos para a construção de possibilidades de leitura dos fenômenos sociais. No entanto, ainda é comum o discurso que coloca a educação como o lugar da aplicação de conhecimentos produzidos em outros campos, descaracterizando-a como ciência. A luta contra esse esvaziamento epistemológico do campo educacional deve reforçar o lugar das Ciências da Educação na produção de grades de inteligibilidade dos fenômenos sociais, incorporando perspectivas e interlocuções teóricas capazes de sustentar o movimento de seu fortalecimento como campo do conhecimento detentor de seu próprio estatuto epistemológico.

A Faculdade de Educação da Universidade do Estado de Minas Gerais, Campus de Belo Horizonte, o seu Programa de Pós-Graduação em Educação e o seu Centro de Comunicação, atentos aos avanços históricos e à necessidade de dar sustentação à importância da educação e dos processos formativos no cenário contemporâneo, organizaram esta edição pautados na concepção da educação pela via da complexidade e pela possibilidade de contribuir para a produção de novos saberes e fazeres na área do conhecimento. É sabido que os modelos de causalidade simples passaram a ser ineficazes, a partir da segunda metade do século XX, frente à imprevisibilidade das formas de realização e de produção do conhecimento, gerando a necessidade de elaboração de modelos de causalidade complexa que requerem uma interlocução entre os diferentes campos do saber. Assim, os textos que compõem esta edição não devem ser percebidos como uma produção unidirecional, mas sim como um

diálogo entre os autores que integram os diversos núcleos de pesquisa da Faculdade de Educação com autores de outras instituições.

No primeiro artigo, “Núcleo de Estudos e Pesquisas em Educação de Jovens e Adultos – NEPEJA: uma experiência de interface extensão e pesquisa”, os(as) autores(as) Nágela Brandão, Vânia Costa, Gilvanice Musial, Roberto Rezende, Walquíria Rosa, Márcia Nunes Monteiro apresentam suas reflexões acerca do papel social da Universidade, em especial da extensão, e indagam em que medida os sujeitos da sociedade civil, sobretudo dos movimentos sociais, têm sido incorporados no direito ao acesso e à criação cultural e às pesquisas científicas e tecnológicas produzidas no âmbito da universidade pública, não só como receptores, mas também como participantes e protagonistas. Essa reflexão sobre os desafios da indissociabilidade extensão-pesquisa-ensino se dá a partir das experiências dos projetos desenvolvidos pelo NEPEJA e parceiros, sobretudo os projetos vinculados a Educação de Jovens e Adultos do campo. A noção de interface auxiliou na compreensão dos caminhos que o Núcleo vem trilhando nesta busca da indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão.

No segundo artigo, “Formação docente para a diversidade e a inclusão”, a professora da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) Margareth Diniz discute a formação docente analisando as múltiplas situações em que se veem envolvidos durante uma jornada de trabalho, a partir da metodologia da conversação, realizada com grupos de docentes, elucidando em seus resultados o caráter provisório do saber e da formação docente. A autora analisa a diversidade presente nas escolas hoje e os constantes questionamentos que se apresentam aos processos educativos, os quais fazem emergir um novo conhecimento escolar e passam a exigir múltiplas habilidades do(a) professor(a). Ao mesmo tempo, interroga sobre qual o tipo de formação que é requerida aos profissionais da educação para lidar com tantas situações que envolvem a diversidade e as políticas de inclusão em curso no Brasil. E mais, quais os recursos internos/subjetivos que o docente precisa mobilizar em si para ensinar os alunos?

No terceiro artigo, “Educação e relações étnico-raciais: desafios e

perspectivas para o trabalho docente”, o professor José Eustáquio de Brito, coordenador do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Educação e Relações Étnico-Raciais da FaE/UEMG, analisa o sentido histórico da educação das relações étnico-raciais como forma de enfrentamento do racismo e das desigualdades sociais naturalizadas pela ideologia hegemônica, tendo como argumento central o avanço das lutas do Movimento Social Negro no contexto da redemocratização da sociedade brasileira. Para isso, discute as implicações dessa demanda a partir da aprovação da Lei 10.639/2003, que altera o disposto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação para instituir a obrigatoriedade do ensino de história da África e culturas afro-brasileiras nas etapas e modalidades da educação básica. Busca, ainda, identificar alguns desafios postos para a atividade dos professores, descrevendo algumas iniciativas no campo da formação docente que têm possibilitado o desenvolvimento de práticas pedagógicas pautadas pelo reconhecimento e valorização da diversidade étnico-racial.

O quarto artigo, de autoria da professora Rosemary Dore, da FaE/UEMG, e do professor Wander Augusto Silva, da FaE/UEMG, “O Programa de Educação Profissional de Minas Gerais e a evasão escolar: um estudo preliminar”, apresenta um breve histórico das políticas públicas educacionais adotadas pelo Governo do Estado de Minas Gerais, nas últimas décadas, para o ensino profissionalizante, buscando analisar e compreender aspectos relativos à evasão escolar ocorrida no PEP I. Além disso, estuda o Programa de Educação Profissionalizante de Minas Gerais (PEP/MG) instituído em 2007, que oferece, gratuitamente, vagas aos estudantes que desejam realizar cursos técnicos e estejam cursando ou tenham terminado o ensino médio.

O quinto artigo, intitulado “O Sistema Mineiro de Avaliação da Educação Pública: a percepção dos profissionais das escolas públicas estaduais de Belo Horizonte”, é de autoria de Stella Willians, Jussara Maria de Pinho, Elias José Lopes, Maria José Pereira, Ofélia de Souza Vieira. Os(as) autores(as) analisam os resultados da pesquisa “O olhar das escolas públicas estaduais de Minas Gerais para os resultados do SIMAVE”, desenvolvida pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre

Políticas Educacionais da FaE/UEMG, que trata da centralidade das avaliações sistêmicas no cenário educacional brasileiro e suas implicações para a prática pedagógica dos atores sociais que atuam na escola: diretores, coordenadores e professores.

No sexto artigo, “Uma proposta de formação docente no contexto da utilização das tecnologias da informação e comunicação no curso de Pedagogia da FaE/CBH/UEMG: linhas e entrelinhas”, os(as) autores(as) Santuza Abras, Cleder Tadeu Antão da Silva, Luciana Zenha e Alecir Carvalho abordam historicamente a política de educação e tecnologia da faculdade, os antecedentes da proposta, passando pelas ações realizadas pela instituição. Resgatam a inserção dessa discussão no curso de Pedagogia e descrevem as diferentes iniciativas que se constituíram em práticas pedagógicas de formação para seus estudantes, servidores e educadores no contexto da inclusão do debate sobre a utilização das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC).

O sétimo artigo, de autoria de Elivane Amaral de Souza Assis e Fábio Wellington Orlando da Silva, “Uma estratégia de ensino inspirada na Dialética Socrática e na Erística”, investiga uma proposta de ensino inspirada nos diálogos socráticos (Dialética) e nos estratégias de Schopenhauer (Erística), com o objetivo de educar os estudantes para o debate de conceitos científicos e o reconhecimento de argumentos falaciosos encontrados em textos pseudocientíficos presentes na mídia não especializada e no contexto da vida cotidiana. A metodologia de pesquisa usada foi o Estudo de Caso, por meio de um minicurso ministrado a estudantes de engenharia, com carga horária total de oito horas-aula, divididas em quatro módulos de duas horas-aula cada.

O último artigo, “La progresión de las concepciones de los futuros profesores de primaria sobre la metodología de enseñanza”, de autoria coletiva de Ana Rivero, Emilio Solís Ramírez e Rafael Porlán (Universidade de Sevilha), Pilar Azcárate (Universidade de Cádiz), Rosa Martín Del Pozo (Universidad Complutense de Madrid), e João B. Harres (Universidade de Porto Alegre). O estudo descreve e analisa a evolução das concepções de professores dos anos iniciais, em processo de formação, sobre metodologias de ensino. Em destaque, três categorias

de análise: conceito de atividade, organização das atividades e conceito de recurso didático, e a apresentação dos resultados obtidos em relação a uma delas – a organização das atividades. A pesquisa foi realizada com cinco grupos de futuros professores que participaram de cursos de formação inicial de orientação construtivista em diferentes universidades.

Boa leitura!

Magda Chamon

Coordenadora do Mestrado em Educação – FaE/UEMG